



TOLHIMENTOS NA TERRA DA LIBERDADE: CAMPESINATO E PATRIMONIALIZAÇÃO NA SERRA DA BARRIGA

Rosa Lúcia Lima da Silva Correia¹

Resumo

Desde o tombamento da Serra da Barriga, em 1985, os habitantes resistem às pressões e interferências do governo. Elas atentam contra sua liberdade e a sua história de vida no território. O fato de ser uma população formada exclusivamente por trabalhadores rurais e agricultores de baixíssima condição econômica e de não serem remanescentes do antigo Quilombo dos Palmares (fato histórico razão do tombamento) a torna ainda mais invisível e vulnerável. Dessa forma, a Serra se apresenta envolta num conflito de interesses estabelecido entre a comunidade local, o Movimento Negro e a União, inscrito numa área rural de grande especulação financeira – a região canavieira. Nesta perspectiva, o trabalho pautou-se em uma pesquisa quanti-qualitativa que permitiu a construção de um perfil socioeconômico da comunidade e detectar suas percepções sobre o lugar onde mora.

Palavras-chave: Patrimônio – Quilombo - Território.

EMBARRASSMENT IN THE LAND OF FREEDOM: PEASANTRY AND PATRIMONIALIZATION IN THE SERRA DA BARRIGA

Abstract

Since the tipping of the Serra da Barriga, in 1985, the residents resist to the pressures and interference from the government. They threaten their freedom and life story in the territory. The fact that the people are all rural workers and farmers with very low economic condition, and they aren't descendants of the old "Quilombo dos Palmares" (historical fact that are the reason of the tipping) makes the population even more invisible and vulnerable. Thus, the Serra presents itself involved in a conflict of interests established between the local community, the Black Movement and the Union, located in a rural area of great financial speculation - the sugarcane region. In this perspective, the work was based on a quantitative and qualitative research that allowed the construction of a socio-economic profile of the community, detecting their perceptions about where they live.

Keywords: Patrimony, Maroon Society, Territory.

TOLHIMENTOS LA LAND OF LIBERTY: PATRIMONIALISATION DE LA PAYSANNERIE SAW DANS LE VENTRE

¹ Doutoranda em Ciências Sociais, na área de concentração de Antropologia, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA. Mestre pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente e Graduada em Comunicação Social pela UFAL. Pesquisadora pelo NEAB-UFAL. Interesses na área de Patrimônio, Meio Ambiente e Turismo. Mantém pesquisa na Serra da Barriga em União dos Palmares, Estado de Alagoas. Atualmente investiga o conflito entre patrimonialização, memória e campesinato na área.



Résumé

Depuis le renversement de la Serra da Barriga, en 1985, les habitants résister aux pressions et l'ingérence du gouvernement. Ils menacent sa liberté et son histoire de vie sur le territoire. Le fait qu'une population composée exclusivement d'ouvriers et de paysans ayant un statut économique très faible et ne sont pas des vestiges de l'ancienne Quilombo dos Palmares (fait historique en raison de basculement) rend encore plus invisible et vulnérable. Ainsi, Sierra enveloppé présente un conflit d'intérêts établie entre la communauté locale, le Mouvement Noir et l'Union est entré dans une zone rurale d'une grande spéculation financière - la région la canne à sucre. Dans cette perspective, le travail a été basé sur une recherche quantitative et qualitative qui a permis la construction d'un profil socio-économique de la communauté afin de déterminer leurs perceptions au sujet de l'endroit où vous habitez.

Mots-clés: Patrimoine - Quilombo - Territoire.

IMPEDIMIENTOS EN LA TIERRA DE LA LIBERTAD: CAMPESINATO Y PATRIMONIALIZACIÓN EM LA SERRA DA BARRIGA

Resumen

Desde la patrimonialización de la Serra da Barriga, en 1985, los habitantes resisten las presiones e inferencias del gobierno. Ellas atentan en contra la libertad y su historia de vida en el territorio. El hecho de ser una población formada exclusivamente por trabajadores rurales y agricultores de bajísima condición económica y de no ser remanescientes del antiguo Quilombo de los Palmares (hecho histórico razón de patrimonialización) la vuelve aún más invisible y vulnerable. De esta manera, la Serra presenta un conflicto de intereses establecido entre la comunidad local, el Movimiento Negro y la Unión, ubicada en una área rural de gran especulación financiera- la región de cañas. En esta perspectiva, el trabajo se basó en una pesquisa de cantidad y calidad que permitió la construcción de un perfil socioeconómico de la comunidad, detectando sus percepciones sobre el lugar donde vive.

Palabras-clave: Patrimonio; Quilombo; Territorio.

INTRODUÇÃO

A instalação do primeiro engenho de açúcar em território alagoano aconteceu por volta de 1542 (ENNES, 1938) e ocasionou a entrada e fixação em terras brasileiras de muitos negros escravizados na África. Foi a atividade agrícola dos africanos nos engenhos que permitiu a dilatação territorial e a formação dos primeiros núcleos de povoamento da capitania de Pernambuco, que na época era formada pelos territórios dos Estados de Alagoas e Pernambuco. Foram também as tentativas de controle e destruição das revoltas e sublevações dos negros na luta pela liberdade que permitiu a exploração da região interiorana da mata (DIÉGUES JÚNIOR, 2002, p. 41). Graças a estas expedições e a resistência dos negros palmarinos, a região no entorno do rio Mundaú foi



transformada numa das áreas mais prósperas da capitania. A caça aos escravos fugidos permitiu a descoberta de novas e melhores terras para a expansão da monocultura da cana-de-açúcar.

O Quilombo dos Palmares e a saga travada no cume da Serra da Barriga (União dos Palmares-AL), sede do quilombo, segundo Reis e Gomes (1996, p. 9), representaram o primeiro grande movimento de resistência à escravidão e foi o maior quilombo brasileiro. Recebeu este nome por estar incrustado numa floresta de palmáceas e por valer-se desta espécie vegetal para suprir suas necessidades de alimentação, moradia e segurança. Foi instituído na capitania de Pernambuco, no século XVII, e administrado por Zumbi dos Palmares, de 1678 até 1694, data da expedição que destruiu a fortaleza. No entanto, alguns historiadores dizem que o agrupamento ainda sobreviveu até 1740, bem depois da morte de Zumbi, que ocorreu em 1695.

O Quilombo dos Palmares, paralelamente à invasão holandesa e à luta pela restauração do domínio lusitano, marcadamente entre 1630 e 1645, colocou em xeque a economia açucareira e a vida nos engenhos e nas povoações que o circundavam. Foi um assentamento humano com dimensões político-administrativa, econômica, cultural, psicossocial e tecnológica. Segundo Carneiro (apud MOURA, 2001, p. 18), o Quilombo dos Palmares foi formado pela mistura de negros oriundos de distintos grupos africanos, porém, ele configurava uma sociedade que admitia também a presença de indivíduos brancos, mulatos, índios ou caboclos descontentes, marginalizados ou foragidos das malhas do sistema colonial e do poder patriarcal, organizados contra uma sociedade branca e exclusivista.

Palmares representava uma ameaça à sociedade colonial porque a sua simples existência negava a ordem escravocrata, causava medo e desgaste aos valores sociais, econômicos e culturais da sociedade “latifundiário-escravista”, como afirmava Moura (2001, p. 103).

De acordo com Rodrigues (1982) e Freitas (1984), embora a estrutura cultural e econômica dos Palmares pareça e seja retratada como o avesso da sociedade colonial, a sua organização política e social apresentava muitas semelhanças com a vida da colônia. Segundo Andrade, os quilombos também não foram modelos de radicalidade em relação à ordem colonial ou de sociedade construída com base numa democracia social



e constituída plurirracionalmente, como afirmados por Clóvis Moura e Edison Carneiro. O autor sustenta que

Os hábitos africanos de poligamia, da dominação masculina e da escravidão também foram mantidos e nem todos os quilombolas eram livres; havia uma população livre, formada pelos escravos que haviam fugido do cativeiro e uma população escrava, formada pelos negros que eram aprisionados nas senzalas pelos quilombolas (apud MOURA, 2001, p. 80).

No entanto, Moura ressalta que o mais importante no estudo de Palmares é observar sua representação para a época, especialmente para a população escrava, que antes trabalhava até a exaustão nas lavouras de cana-de-açúcar, sofrendo todos os tipos de tolhimentos e de atos contra a dignidade da pessoa humana. A quilombagem era uma reação que respondia à altura a violência do aparelho escravista (apud MUNANGA, 2004, p. 25). Por esse motivo, o que interessa neste assunto é tão somente analisar “a quilombagem como um *continuum* de desgaste permanente às forças sociais, culturais, políticas e econômicas da escravidão e dos seus valores” (MOURA, 2001, p. 108). Para ele a escravidão guarda o cerne da revolta, da contradição geradora da violência e das manifestações da massa escrava contra os agentes opressores. O núcleo de resistência central dessa ruptura é o quilombo como unidade organizacional e a quilombagem como processo de protesto radical permanente.

O movimento da quilombagem não representa apenas a capacidade humana de rebelar-se organizadamente contra a opressão, mas especialmente de provocar uma mudança, uma transformação de uma determinada realidade. É nesse sentido que o Quilombo dos Palmares se tornou um fenômeno histórico de luta pela liberdade e pelos direitos sociais dos negros e de outros indivíduos oprimidos e excluídos.

Eliade (1972) e Campbell (1990) afirmam que experiências do passado como essa, que representa a saga de um personagem histórico que proporciona uma ruptura com um determinado modo de vida e instaura uma nova realidade, especialmente diante de uma situação de tolhimento ou usurpação de algo indispensável à vida, favorece ou estimula o desejo coletivo pela mudança. Elas atuam como um exemplo social, um modelo a ser seguido no caminho para a mudança ansiada, um mito. Enquanto a mudança não ocorre, a luta continua e o mito, que representa o sonho e a esperança, continua vivo e assume um novo e original contexto sócio-político.



Isso explica porque o Quilombo dos Palmares e a data de morte de Zumbi, 20 de novembro de 1695, apresentam-se atualmente como um símbolo de luta do povo negro pelo alargamento da sua cidadania. Essa luta traz à tona os referidos fatos e personagens históricos como modelos sociais de comportamento e de organização política. É nesta perspectiva que essas figuras históricas assumem um significado mítico. É, então, o 20 de novembro e não o 13 de maio - dia da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel e data oficial da libertação dos escravos - o marco histórico da resistência pela liberdade e símbolo do anseio pela implantação de uma democracia social e plurirracial no Brasil. Esta luta, a princípio étnica, também tem sentido para qualquer outro cidadão brasileiro que veja na imagem de Palmares uma representação de alternativa democrática.

Almeida considera que os quilombos, em especial o dos Palmares, são exemplos para a luta por uma existência (social, política, cultural, econômica, psicológica) digna e em defesa dos direitos sociais por inaugurar “um sentido de Brasil, até hoje válido” (apud MOURA, 2001, p. 97). Assim, Zumbi e o Quilombo dos Palmares se transformaram em símbolos de valores míticos e ideológicos que impulsionam a luta, ou pelo menos a ideia dela, para criar possibilidades ou caminhos alternativos à exclusão social, em especial a do segmento negro.

A TRANSFORMAÇÃO DA SERRA DA BARRIGA, SEDE DO QUILOMBO DOS PALMARES, EM PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MONUMENTO NACIONAL

A reconstrução política nacional na década de 70 acenaram com um espaço mais amplo de ação dos movimentos sociais e de politização geral da sociedade (GONH, 2000). Neste período os grupos negros se reorganizaram, associando-se num movimento mais amplo e fortemente coadunado. A força social do movimento negro fez-se a partir de dois núcleos básicos: primeiro, a partir da solidariedade entre todos os grupos negros nacionais; segundo, através dos atores externos, cooptados pela sensibilidade com a causa e pelo fato de que muitos ativistas negros tornarem-se pesquisadores e intelectuais da causa antirracista. Assim, a luta negra tornou-se mais forte e ativa (MOURA, 1983). Além disso, ocorreram fatos nessa época que renovaram as forças militantes negras: novas discussões em torno da cultura nacional, reavivando concepções e trazendo novas definições sobre cultura e patrimônio; a criação do



Ministério da Cultura, incorporando o sistema SPHAN/Pró-Memória; a redemocratização, que garantiu espaços de expressão às minorias; a presença de grandes ativistas e militantes negros no governo, atuando direta e indiretamente no processo de tombamento da Serra da Barriga (como Olympio Serra, da Fundação Pró-Memória, Carlos Moura, assessor do Ministro da Cultura e o Deputado Federal Abdias Nascimento).

No final da década de 70, Olympio Serra, ativista e pesquisador negro, juntamente com diversas entidades civis, iniciou uma campanha pela preservação e tombamento da Serra da Barriga. O objetivo da campanha era a incorporação do sujeito negro na história oficial da nação como base em um ideário de igualdade social e racial, de conquista dos direitos sociais dos negros e de identidade pluriétnica e multicultural da nação brasileira. Nesta mesma época os órgãos responsáveis pela administração do patrimônio sofreram transformações quanto às políticas preservacionistas e culturais, durante muito tempo voltadas à preservação e à recuperação de bens arquitetônicos e outras expressões materiais representantes da etnia branca. O governo promoveu ações direcionadas aos saberes e fazeres das culturas ameríndias e negras, históricos e/ou religiosos, e até bens de cunho ecológico, na busca do conhecimento da identidade e da cultura autenticamente nacional (KERSTEN, 2000, p. 101-105).

A conquista por um bem patrimonial baseado num feito heroico de um sujeito não-branco, inspirado na luta contra um sistema político e econômico opressor simboliza a ruptura com os padrões de uma historiografia marcada por relatos e crônicas sobre a vida e os feitos de ricos senhores brancos. Nestes textos, contava-se a história do país como a de uma nação pacífica, sem grandes conflitos, composta de um povo ordeiro e hegemônico. Esta era uma estratégia para fazer desaparecerem as contradições e conflitos decorrentes das diferenças raciais e, sobretudo, da desigualdade social do país (CHAUÍ, 2000, p. 7-9).

Neste entendimento a instituição do tombamento da Serra da Barriga e sua ascensão à monumento nacional inscreve-se não só como perspectiva de reorientação do curso da história oficial, mas como espaço público de celebração da nação, não importando, nesse caso, "se a situação ou o fato, realmente, remetem-se ao que se quer sacralizar, o que importa é que a simbolização seja eficaz e a situação ou o fato sejam vistos e percebidos como tendo realmente ocorrido" (KERSTEN, 2000, p. 49). Tratava-



se então de (1) reatualizar ou reinventar o passado para fortalecer a identidade negra e dar continuidade a luta pela mudança social - por parte do Movimento Negro, de (2) reforçar os laços sentimentais, culturais, sociais e históricos homogeneizadores e passivizadores da nação, através da incorporação da etnia e da cultura negra no conhecimento oficial sobre a civilização brasileira e de (3) aproveitar o momento para fazer especulação política e econômica da área a ser tombada com a construção de um parque-memorial a Zumbi dos Palmares - por parte do Estado.

A Serra da Barriga passa, então, da condição de território à categoria de semióforo nacional, algo que tem o poder de trazer à tona um fato vivido através de um fator do tempo presente; algo que é capaz de relacionar o visível e o invisível no tempo e no espaço e dar-lhes uma existência real e identitária. O lugar do semióforo é público, onde “toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos”, conservando “o sentimento de comunhão e unidade” nacionais (CHAUÍ, 2000, p. 12-13). A Serra assume a posição de um signo consensual, intrinsecamente relacionado à história da formação da nação, recebendo, portanto, a marca de patrimônio nacional.

Para garantir a posse da União e, por conseguinte, da população negra ao bem patrimonial, a sociedade civil negra organizada, representada localmente pela Associação Cultural Zumbi e, em âmbito nacional, pelo Conselho do Memorial Zumbi, e mais algumas entidades públicas, tais como a Universidade Federal de Alagoas, o Governo do Estado de Alagoas, a Prefeitura de União dos Palmares, a Prefeitura de Maceió e o Instituto Histórico de Alagoas, se unem para realizar a retomada da Serra da Barriga. O ato correspondeu a uma conjugação de esforços para implantação do **Projeto Zumbi** - Parque Histórico Nacional de Zumbi (hoje Parque Memorial Quilombo dos Palmares), que pretendia a construção de um grande memorial a Zumbi dos Palmares, e para a efetivação do tombamento da Serra da Barriga (AZEVEDO, 1982, p. 561-572).

O Conselho Geral do Memorial Zumbi elaborou planos de preservação, restauração e uso da área do futuro Parque Histórico Nacional Zumbi e solicitou oficialmente o tombamento da Serra da Barriga ao Secretário da Cultura do Ministério da Cultura e, assim, em 20 de novembro de 1985, o Ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, homologou o tombamento de uma área de 283 ha na Serra da Barriga, localizada no município de União dos Palmares. Três anos depois, em 21 de março de



1988, a Serra da Barriga foi declarada Monumento Nacional, em obediência ao artigo 1º do Decreto nº 95.855/88 (DIAS [s. d.], p. 1).

O MEMORIAL QUILOMBO DOS PALMARES E O CONFLITO EXISTENTES NA SERRA DA BARRIGA

Em 1998, o Governador recém-eleito do Estado de Alagoas, Ronaldo Lessa, fez um novo resgate mítico do líder Zumbi no cenário político local. Lessa, cunhou como bandeira política do seu governo os slogans “Alagoas, Terra da Liberdade” e “Alagoas, Terra de Zumbi dos Palmares”. Zumbi e o quilombo dos Palmares foram estampados com (1) o intuito de criar uma analogia do novo governo, que fez promessas de atender as demandas das minorias sociais do Estado, com a democracia social vivida no Quilombo dos Palmares e (2) com o propósito de estabelecer uma sobreposição da imagem do herói negro à imagem de uma sociedade com valores e representações historicamente construídos pela aristocracia rural alagoana (CARVALHO, 2001, p. 13). Em 2001, o mesmo Governador fez mais um resgate do antigo projeto de construção do monumento em memória a Zumbi dos Palmares (o já citado **Projeto Zumbi**). Diferente da proposta original, que pretendia instituir um plano de inclusão social e política do sujeito negro através de ações de reconhecimento e valorização da cultura afrodescendente, o remodelado projeto, hoje denominado **Parque Memorial Quilombo dos Palmares**, pretende, sobretudo, alçar a Serra da Barriga como polo de atração turística e cultural de Alagoas.

O Parque Memorial é um museu temático no platô da Serra da Barriga, com arquitetura de pau-a-pique semelhante ao antigo Quilombo dos Palmares: prédios e torres constituídos de madeira, barro e palha, uma réplica do mocambo-sede, e trilhas ecológicas pelas encostas e remanescentes da Mata Atlântica local. O propósito central é o de fazer a “recuperação [simbólica] do patrimônio histórico e estimular a ampliação das fontes de renda da comunidade local” através do etno-ecoturismo, explorando a paisagística constituição serrana e aproveitando o potencial imaterial, histórico e cultural guardado no lugar (ESTADO DE ALAGOAS, 2004).

Ao contrário das propostas de desenvolvimento sustentável e das políticas de manutenção da comunidade local na área e de incentivos a sua melhoria de vida no lugar, previstas no antigo Projeto Zumbi, as ações para o Memorial Quilombo dos



Palmares, estabelecidas sob a orientação do IBAMA e da Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pela gestão do bem patrimonial, impediram o avanço de todas as atividades agrícolas e de criação animal e a manutenção de algumas roças na área tombada, consideradas de negativo impacto ambiental por causa da forma de manejo do solo. No entanto, a União permitiu e estabeleceu a festa em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, que reúne cerca de 10 a 15 mil pessoas, no mesmo local onde proclamou os impedimentos ao cotidiano da população, sem se importar com os danos ambientais gerados pelo excesso de lixo e visitantes nas áreas protegidas pelo IBAMA, no sítio arqueológico e nas casas dos moradores.

_ (...) o pessoal que vem visitar, por mais que tenha lixeira, eles não têm educação ambiental (...) os lixeiros ficam secos no dia vinte, os caras jogam no chão mesmo, mas isto é só uma vez por ano (...) em três dias entro em contato com as caçambas [da Prefeitura], mas não é limpeza absoluta, às vezes leva até um mês. São galhos de árvores quebrados, papel de confeito voando pela mata... (João, Guarda Florestal)

_ a comemoração deles [dos negros e autoridades] (...) isso aí é desagradável aos olhos de Deus, sabe? Porque o homem tem que ser temente a Deus. Então eles querem essa área para isso (...) Num acho bom não, por uma parte nada temo, né, mas sendo um dia só dá pra passar (...) só incomoda porque num fica uma fruta no pé e acaba a água... (Sr. José, morador)

_ A festa para nós é bem vinda. Ela nos dá um pouco de lucro, né, porque a gente tem que ganhar um pouquinho para a sobrevivência e porque também dá alegria para a população (...) Festa aqui também é muito bom, pra gente é bom demais. Há algumas coisas destruídas, mas isso não é os próprios negros que destroem, não, é o próprio pessoal que vem com vandalismo. (Sr. Mateus, morador)

Tal medida alargou o conflito com os moradores, este existente desde o tombamento da Serra, ato interpretado pelo Movimento Negro como reintegração de posse do lugar aos seus legítimos donos, os negros, e pela comunidade como usurpação do bem provedor do sustento familiar e mantenedor da sua história de vida.

Segundo a Fundação Cultural Palmares, as roças e plantações existentes dentro e no entorno da área tombada da Serra constituem exploração econômica do bem patrimonial, de modo que são incompatíveis com a preservação do interesse histórico, artístico e paisagístico da área. Isso se explica porque efetuado o tombamento, o bem torna-se inalienável, passível de intervenção estatal na propriedade ou na posse lá existente, condicionando e limitando o seu uso, de forma que “sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança



de coisa tombada, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade [...] sob pena de ser mandado destruir a obra ou retirar o objeto''' (DIAS, [s.d], p. 9).

No entanto, a União concedeu à ONG Magna Mater, ligada ao Movimento Negro e gerida por ex e atuais integrantes do governo estadual, construir o parque temático sobre o sítio histórico e em área de preservação ambiental em 2004, acenando com ganhos para o pessoal da localidade, tal qual o antigo Memorial Zumbi, que não passam de promessas.

_ Sabe pra quem isso vai trazer melhoria? pra eles [os negros e os agentes públicos], por que isso vai ser pra turista, pra quem vem de fora, pra nós aqui da terra num vai ter melhoria nenhuma (sic).(D. Maria, moradora)

_ (...) essa história já vem de vários tempos também. 'Vamos fazer algumas benfeitorias, é nesse ano' e nisso vai passando. Nós já escuta essa conversa há muitos anos e ninguém vê nada disso ser construído; só se constrói isso aí que você vê, uma cabana. Gasta bastante dinheiro e constrói isso num ano e no outro tá pôde, caindo os pedaços, né? Madeira levando chuva, a madeira pôde também. Isso é o que a gente vê permanecido aqui (sic). (Sr. Lucas, morador)

Os moradores afirmam que todos os anos, desde o tombamento da Serra, aparecem autoridades do Governo trazendo promessas de melhorias, principalmente com relação à habitação, à renda e ao acesso à saúde, bem como aparecem estudantes e pesquisadores de vários lugares do Brasil fazendo perguntas sobre Zumbi, o Quilombo dos Palmares e a vida na Serra da Barriga. Porém, de nenhum desses atores sociais houve algum retorno para a comunidade. Segundo os entrevistados, as autoridades não fizeram a estrada prometida, não trouxeram o emprego, nem mesmo algum estudante voltou para mostrar uma foto ou dizer o que fez com os dados obtidos.

A respeito da permanência dos moradores do platô no local do parque memorial as instâncias do próprio Poder Público entram em desacordo: o Governo Federal sustenta a posição de remoção das famílias de moradores do local, enquanto o Governo do Estado prevê a utilização da mão-de-obra destas pessoas no projeto de desenvolvimento econômico e turístico da região, através da sua capacitação como guias turísticos e artesãos. O conflito toma proporções complexas porque grande parcela dos moradores do local resiste tanto à saída como à permanência com mudanças e restrições às suas atividades tradicionais referentes ao trato da terra, especialmente os mais velhos do local.

_ Se fosse um lugá de bom grado eu sairia, um lugá que tivesse condições. (sic) (Sr. Pedro, morador)



_ Por mim mesmo eu bato o pé e num saio daqui. Eu gosto daqui. A terra num é tão boa, mas eu gosto (...) Aqui é longe da cidade, mas dá pra gente ir e pronto. Tem água na porta...(Sr. Marcos, morador)

_ (...) eles [os agentes públicos] tinha de arrumar um trabalho, tinha de arranjar uma solução pra gente arrumar um trabalho e ficar trabalhando aqui. [sic](Sr. Mateus).

A SITUAÇÃO DA COMUNIDADE HABITANTE NA ÁREA DO MONUMENTO NACIONAL DA SERRA DA BARRIGA

O território da Serra da Barriga, por ser um bem patrimonial e habitat de uma população, formada por cerca de 70 famílias, que enfrenta graves problemas com a carência de serviços públicos essenciais, afastada que está da área urbana por uma distância de mais ou menos 9 km, é ao mesmo tempo um *locus* de produção simbólica e cultural nacional e de construção social e cultural local. É diante desse fato que sentimos necessidade de elaborar um quadro social do local, em especial do platô da Serra, área tombada.

Na área tombada residem 16 famílias ao lado das propriedades de pequeno, médio e grande porte - terras parcialmente situadas dentro da área tombada. Elas integram um estrato social de posseiros e ocupantes de terra pública e vivem em distintas condições de uso e ocupação da área: moram fora e plantam dentro da área tombada; moram e plantam dentro da área tombada; moram fora e plantam dentro da área tombada; moram dentro da área tombada e não plantam nada, mas trabalham nas terras de outrem, total ou parcialmente situadas na área tombada.

A centralidade desta pesquisa estará sempre marcada pelas investigações concernentes à população que habita o exato local da construção do memorial, que aqui representaremos pela sigla **DAT** – dentro da área tombada, formada por 16 famílias, das quais conversamos com 15. Já para a população que mora fora da área tombada utilizaremos a sigla **FAT** – fora da área tombada, formada por cerca de 55 famílias, das quais entrevistamos 5, todos proprietários, mas de lotes pequenos, com até 12ha. No entanto, exporemos aqui, brevemente, dados que darão conhecimento, de uma forma geral, da vida na Serra da Barriga, da sobrevivência instituída a partir da agricultura familiar, com baixas condições de habitabilidade e moradia, com dificuldades de acesso aos serviços públicos de educação e saúde e das percepções e necessidades sobre o uso do território pela União e pelo Movimento Negro.



HABITABILIDADE E MORADIA

Grande parte do universo pesquisado reside no local há mais de 50 anos, muito antes de a Serra da Barriga ser tombada em 1985. No entanto, na DAT o maior número de famílias habita o lugar entre quinze e vinte anos, período em que a área foi desapropriada, demarcada e tombada. São famílias constituídas por filhas ou filhos de moradores antigos ou famílias migrantes de outras localidades, que vieram para a Serra em busca de terra boa para cultivo. Essas famílias tinham ouvido falar do tombamento e das restrições ao cultivo e à criação de animais à época de sua instalação na Serra – em geral informações vagas, boatos que eles ainda hoje não entendem muito bem, porém, o pouco conhecimento destas restrições não anulou as perspectivas de estabelecimento de uma nova vida no lugar, seja trabalhando para donos de fazendas ou sítios da circunvizinhança, seja com a possibilidade de estabelecer e trabalhar na sua própria roça, especialmente para aqueles oriundos de lugares com terras menos férteis ou de uma vida miserável na periferia de alguma cidade dos Estados de Alagoas ou de Pernambuco.

As residências na DAT são de alvenaria e de taipa. As famílias possuem de 2 a 4 membros. Essas residências possuem poucos recursos básicos de habitabilidade. O abastecimento de água na DAT não é privativo, à exceção de 2 residências, de moradores que prestam serviço para a FCP. Nesta localidade, a água escoava por uma torneira coletiva, não há saneamento básico e a maioria dos moradores não têm banheiro em casa. Fazem suas necessidades fisiológicas no mato ou no banheiro público, integrante da arquitetura do museu temático. Já na FAT, todos os moradores entrevistados possuem banheiro dentro de casa. Tanto para uma como para outra localidade o destino dos dejetos humanos do banheiro é uma fossa séptica.

TRABALHO E RENDA

A principal ocupação das famílias na Serra da Barriga, tanto da DAT como da FAT, é a agricultura. Apenas 3 delas tem algum integrante com atividade urbana, mas ainda assim a renda familiar é complementada pela atividade rural, assumida pelas



respectivas mulheres que, além das atividades domésticas, também se dedicam à roça, sozinhas ou com os filhos. Na DAT, 4 dos entrevistados trabalham para a FCP, na manutenção do museu.

As 20 famílias pesquisadas na Serra representam cerca de 116 pessoas, 52% destas estão inclusas na população economicamente ativa – PEA. São predominantemente homens na faixa etária até 40 anos de idade, desenvolvendo principalmente atividade rural não-fixa e sem registro em carteira de trabalho. Os aposentados, que não chegam a 10, trabalham diariamente na roça; poucos têm emprego fixo e registrado em carteira de trabalho e estão empregadas nas grandes propriedades da região (usina e fazendas), ou no museu (como acima referido) ou estão na cidade, atuando na iniciativa privada, como vigilante, ou no serviço público, como agente de saúde, professor ou guarda municipal. O objetivo maior ao procurar uma outra atividade é o de ter uma fonte de renda estável, que garanta o sustento e ou aumente o rendimento familiar, proveniente principalmente da produção agrícola e da criação de animais para subsistência. No total, 93% da população pesquisada realiza atividade rural. Deste número, 90% não tem nenhuma outra atividade complementar na cidade.

Dos pesquisados na DAT 26% têm renda mensal de até meio salário mínimo. As famílias com este rendimento são aquelas que não têm nenhum membro com emprego fixo ou aposentadoria. O seu rendimento, em verdade, é irregular e chega a R\$ 100,00 (cem reais) – dependendo se todos os membros da família conseguirem trabalho no mês. Esta renda familiar, quando gerada, é conseguida através de biscates mal remunerados, como ajudante na feira ou em uma construção na cidade. As razões que explicam a situação destas famílias são três: a) a família não cultiva nada e/ou não cria nenhum tipo de animal; b) a família vive em determinada área onde nem todas as culturas que lhe são permitidas encontram solo adequado; c) a família tem uma produção agrícola muito pequena que mal dá para o seu sustento. Elas contam com a solidariedade de vizinhos e amigos, que lhes ajudam com algum tipo de alimento - um saco de farinha, uma galinha, frutas – e/ou até com alguma quantia em dinheiro mensalmente para que possam comprar objetos de necessidade na cidade. Este tipo de ajuda é uma prática comum, realizada especialmente por aqueles que têm renda fixa, como uma aposentadoria.



A família que ganha de 1 a 1/2 salário mínimo e as famílias que ganham de 1/2 a 2 salários mínimos são aquelas que têm um de seus membros aposentado ou trabalhando fixo com registro em carteira de trabalho. Em geral, essas famílias criam animais e cultivam até sete tipos de produtos agrícolas – como veremos nos quadros a seguir –, comercializando o excesso da produção, a fim de complementar a renda. Já a família que apresenta renda entre dois e três salários mínimos é aquela que tem um membro aposentado e outro trabalhando em emprego fixo e registrado em carteira de trabalho e que também comercializa o excesso da produção.

Mesmo as famílias com ganho igual ou superior a um 1 salário mínimo não têm por hábito consumir produtos agrícolas comprados na feira na cidade, buscando suprir as necessidades de alimentação com os gêneros cultivados, como medida de contenção de gastos. Abastecer-se na cidade é muito dispendioso, especialmente em função do transporte – nem todos tem cavalo, carro ou outro transporte. As razões que levam o morador da Serra da Barriga ao Centro de União dos Palmares é a necessidade de adquirir produtos para a higiene pessoal, limpeza doméstica e alguns poucos gêneros alimentícios como arroz, macarrão, flocos de milho, temperos e enlatados.

Dentre as 15 famílias pesquisadas na DAT, 11 criam animais, treze têm produção agrícola e apenas 2 não tem atividade pecuária ou agrícola. Um deles porque a terra do seu lote é infértil para as culturas que lhe são permitidas plantar; o outro porque não há espaço em seu lote para plantar, sua residência está numa área de preservação de palmeiras e de plantação de bananeiras, as quais pertencem ao proprietário de terras de quem é agregado. Na FAT todos os cinco pesquisados cultivam e apenas um não cria animais.

A criação de animais, tal como a produção agrícola da comunidade, atende prioritariamente ao consumo interno. Apenas o excedente da produção/criação animal, em especial a dos galináceos segue para a comercialização. As principais culturas destinadas exclusivamente para consumo são a batata (75%), a macaxeira (67%) e o feijão (67%). Destes, apenas a batata faz parte dos 3 principais produtos cultivados na Serra da Barriga. Os outros dois são considerados pelos agricultores como complemento da produção agrícola, tendo em vista serem culturas não apropriadas ao solo do local. A mandioca e a banana são os principais produtos para consumo e comercialização na DAT.



Para a maior parte dos produtores, não se coloca a necessidade de contratação de empregados temporários para o corte e/ou colheita da produção agrícola. Quando isso acontece o acerto se sustenta em trocas pessoais: o trabalho é pago com uma parte da produção agrícola ou da criação animal.

A principal forma de escoar a produção agrícola e a criação animal na Serra é o lombo do cavalo, do próprio produtor ou emprestado. O animal transporta a mercadoria até a feira no centro de União dos Palmares. Alguns produtores fazem a venda direto ao consumidor, outros a fazem a um intermediário, no platô da Serra. O intermediário é o principal meio de comercialização dos produtos agrícolas na DAT.

EDUCAÇÃO

O fato de a maioria dos moradores da Serra da Barriga, seja qual for a faixa etária que pertença, dedicar-se quase que exclusivamente ao labor rural para a sobrevivência faz da educação uma dimensão da vida pouco importante. Aliada à esta situação, a falta de um maior número de escolas na localidade e a distância que afasta a população do centro urbano acabam por corroborar com o considerável número de analfabetos e o grande número de pessoas fora da escola.

Na Serra existem duas escolas, uma a 3 km e outra a mais ou menos 5km do platô, ambas na FAT. As distâncias entre as residências e as escolas rurais variam de 500 m a 5 km. A maior parte dos estudantes enfrenta maiores distâncias. Ambas as escolas oferecem apenas a alfabetização e uma parte das séries que compõem o ensino fundamental, que é o nível de escolaridade da maior parte dos estudantes da Serra. Desse modo, a continuidade da formação escolar requer, necessariamente, um deslocamento bem maior dos estudantes à cidade de União dos Palmares, cerca de 9km. Embora as duas instituições locais de ensino e o traslado dos estudantes seja proporcionado pela Secretaria Municipal de Educação, mais da metade da população em idade escolar não frequenta a escola ou sequer chegou a frequentá-la algum dia. O número de pessoas não-alfabetizadas é expressivo. Os que abandonaram a escola o fizeram principalmente ao longo do ensino fundamental. O motivo principal indicado, além dos fatores já citados como a distância até o Centro de União dos Palmares e as



imposições limitantes do trabalho rural, é a percepção do estudo como algo que não melhora as condições de vida.

SAÚDE

No que tange às condições de saúde, a distância também é fator imperante quanto à procura por atendimento médico, que somente existe na cidade de União dos Palmares. Qualquer tipo de assistência médica, emergencial ou não, requer um tempo de deslocamento que varia de 40 minutos a 2 horas, que pode ser a cavalo, de bicicleta ou a pé. Em veículo automotor, dependendo do tempo e das condições do terreno, o tempo do percurso reduz para 20 minutos ou meia hora. Porém, o aluguel do transporte incide em um custo de R\$ 20,00, quantia expressiva em se tratando de uma população que sobrevive da agricultura de subsistência e com pouca renda.

A principal doença que afeta é a gripe depois as verminoses. Para curar ou amenizar os sintomas das doenças, a população recorre primeiramente ao remédio caseiro. O posto de saúde é alternativa caso os remédios caseiros não surtam efeito. Uma parcela considerável dos entrevistados procura o posto de saúde logo que se manifeste algum sintoma patológico, em especial os que possuem crianças em casa, a fim de que a situação não se torne mais grave ou emergencial e/ou ainda encareça o custo da locomoção, feita principalmente a pé.

Em caso de doença ou de acidentes são os guardas florestais que prestam socorro, tendo em vista estarem sempre motorizados e disporem de um pequeno e singelo depósito de medicamentos no posto de observação, ponto de onde se vê as encostas da Serra e local onde se abrigam. O auxílio não se limita aos casos de saúde. Estende-se a outras modalidades, como doação de roupas e ou alimentos em casos de necessidade e a outros tipos de indulgências: permissão de utilização do solo tombado para a plantação de algumas culturas de subsistência e a remoção de folhas de palmeiras para a reconstrução das casas de taipa.

_ Os guarda é para evitar que a gente derrube árvores, que cuide, preserve, né? (...) para preservar as matas, preservar a natureza (...) A gente tem amizade (...) São pessoas muito amigas. No que eles puder ajudar, eles nos ajuda (sic).(Sr. Pedro, morador)

_ Eu tenho assim muita consideração por eles, ele faz muita coisa pela gente (...) Então o que a gente tem para fazer a gente combina com eles (...) Eles são



umas pessoas de caridade. Eu não tenho nada a dizer deles, por falhos que eles sejam, mas eu não tenho o que dizer deles. E por que eu não tenho o que dizer deles? Porque eu sei que é o trabalho deles (...) quando dá eles dizem 'ó seu Lôro tire um pedaço daquele pau ali'(sic).(D. Maria, moradora)

Esse lado amigo e humanitário dos guardas florestais não é uma constante, especialmente para os que vivem e trabalham na área tombada. Eles desempenham a função de policiamento, intervindo na expansão das culturas e na utilização das árvores e do solo, impedindo queimadas e destruindo roças, atuando como responsáveis pelos relatórios para o IBAMA e processos contra a população.

_ A guarda veio evitar desmatamento, queimada (...) querem depois de a terra brocada que a gente deixe, querem impedir para a gente num plantar (...) que queira ou que não queira eu continuo plantando. Sabe por quê? Porque eu dependo disso aqui. (Sr. Paulo, morador)

_ (...) nós ouvimos falar que ia chegar uns guarda aqui na Serra, que aqui ia ter segurança, ninguém podia mais chegar e acontecer (...) Mas as malfeitorias que andam fazendo aqui na Serra ninguém toma providência, mas quando o pessoal tá trabalhando na terra aí sim se toma providência. De bom mesmo só amizade (sic)(Sr. José, morador)

_ (...) a gente têm relações amigáveis, trabalha com o diálogo (...) na medida que o morador ultrapassa o seu limite destruindo a flora, no caso desmatando para plantar, nós também abordamos ele, tomamos suas ferramentas (...) e destruimos a plantação que esteja irregular. Caso venha ser necessário multa, nós acionamos o IBAMA... (João, guarda florestal)

Nesta hora, a afabilidade e o respeito mútuos são envolvidos por um certo rancor e por tensão. Por esse motivo, os moradores e os guardas florestais sempre andam armados. Os primeiros estão sempre carregando as suas ferramentas de trabalho, geralmente um facão, e os últimos levam sempre, na algibeira ou presos ao suspensório da farda, as suas armas de fogo (com as quais dormem sob o travesseiro). Assim, o trabalho da guarda florestal não se limita à preservação do bem patrimonial em questão - protegendo-o contra a depredação da sua dimensão material - mas inclui uma vigilância sobre os recursos vitais das famílias.

RAZÕES DO CONFLITO E DO SENTIMENTO DE IDENTIDADE-ALTERIDADE EM RELAÇÃO AO PARQUE MEMORIAL QUILOMBO DOS PALMARES

Como a população da Serra da Barriga não é remanescente do antigo Quilombo dos Palmares, bem como as suas necessidades não se identificam com as prioridades do projeto governamental e com o ideal do Movimento Negro para a área, não recebe auxílio estatal tal como outras comunidades quilombolas de Alagoas. Tampouco, a implantação do Memoria no platô da Serra da Barriga não lhes trouxe certeza de benefícios.

As informações qualitativas obtidas junto aos moradores da Serra indicam que não há identificação da comunidade com a simbologia histórica do lugar. Infere-se que quatro fatores interferem decisivamente nesta relação de alteridade: 1 - a falta de políticas de comunicação que possibilitem o acesso à informações sobre os significados históricos e étnico-culturais atribuídos à área; 2 - o alijamento da população local desde o processo de tombamento e na implantação do parque memorial, sem lhes dar a oportunidade de serem partícipes na gestão e na manutenção do Monumento que fica em seu território; 3 - a percepção de que o Monumento se coloca como um obstáculo à sobrevivência material, já que o tombamento cerceou a liberdade de cultivo da terra. 4 - o fato de que a simbologia negra e a instituição do tombamento não se inscreverem como fato histórico e ato cultural socialmente construído; 5 - o fato de sofrerem pressão diariamente para saírem do que consideram seu, a história e o resultado do seu suor e trabalho:

_ Essa terra é do governo, é terra de nêgo (...) essa terra é tombada (...) outros dizia: ‘isso aqui ninguém toma não, eles [os agentes públicos] vêm aqui todo ano, mas ninguém nunca vai tomar nossa terra não. Pode morar sem medo (...) mas se eu soubesse antes eu num tinha vindo não (...) porque a gente tá sofrendo, né, com essa história de sair daqui. (sic) (Sr. José, morador)

_ Eu fiz esta casa com o suor do meu rosto, eu e meu Lôro. Carregamo pedra por pedra na bacia. As latas d’águas na cabeça... a gente vinha de lá da lagoa... agora eles querem tirar...17 anos. Eu tô sofrendo, mas eu queria ficar. (sic) (D. Maria, moradora)

Assim, a identidade social da comunidade reside, incipiente e instavelmente, na sua relação de identificação com o que foi vivido no território, a antiga história de sobrevivência e luta pela liberdade, e na relação de alteridade que estabelece com o monumento.

(...) eles [os agentes do Poder Público] querem fazer como fizeram com os negros que viviam aqui antes, querem expulsar a gente.(Sr. Marcos, morador)



_ Antes o governo botava canhão, expulsava assim, hoje como num pode (...) (Sr. José, morador)

_ Melhor pra nós já foi, quando nós tinha liberdade de trabalhar aqui na Serra, em qualquer área que nós quisesse (...) agora depois que passou e foi tombado e nos foi tirando, nós foi perdendo o nosso direto de trabalhar (...) entonse eles [autoridades] toma aqui a pessoa para escravizar, por que se a gente mora num lugar do governo, o governo ou seja lá quem for, que faz parte daquela área, e ele não dá assistência (...) nós tamo morando, mas tamo aqui como num cativo aqui... (sic) (Sr. Jeremias, morador)

_ Zumbi foi um grande patriótico. Lá nos outros países, para os pessoal estrangeiro isso aqui é um parque, uma coisa muito importante, pra nós aqui isso também é, é um símbolo dado por Deus para nossa sobrevivência. (sic) (Sr. Lucas, morador)

Segundo Hall, baseado em Laclau (2000, p. 111-112), uma identidade social apenas consegue se afirmar por meio da exclusão de algo, da repressão daquilo que a ameaça e no interior do jogo de poder e interesse. Em verdade, os dois últimos fatores de não-identificação da comunidade com os significados do símbolo de Zumbi e do Quilombo dos Palmares estão intimamente entrelaçado com as frustrações com as promessas, reiteradamente acenadas e formais, de desenvolvimento e melhorias locais desde a década de 80. Essa incredulidade se agrava com o alijamento da comunidade no processo de gestão da área tombada, bem como ao constrangimento causado pelas festas em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, quando os visitantes chegam ao território depredando as roças, invadindo os quintais, produzindo um intenso barulho e um grande volume de lixo nas portas das casas, bem como com a forma que como são tratados pelos agentes públicos: o desrespeito.

_ E aí veio um cidadão, que do jeito que ele veio e falou ali acho que queria levar a gente a pulso, vai ver que ele quer. Um cidadão do governo [o auditor agrário do INCRA] (...) Ele quando chegou aqui foi assim. (Sr. Marcos, morador)

_ Falaram que a gente tinha que aceitá, se a gente não aceitasse eles [agentes públicos] depois já vão vim com outras maneiras, né, aí com certeza deve ser isso mesmo. (sic) (Sr. José)

_(...) porque a ameaça que ele [o auditor agrário do INCRA] disse é essa (...) 'se eu venho fazer o acordo com vocês, se vocês não concordá eu boto a polícia federal, a polícia federal resolve'. Aí eu disse: 'mas o senhô já viu essa lei de o governo chegar e tirá pai de fãmia da onde ele tira o pão dos seus fios e botar a polícia federal mode ser destruído o que ele tem? (sic) (Sr. Jeremias)



Os dados da pesquisa indicam ainda que as expectativas da comunidade diante da construção do Memorial eram em torno do acesso aos serviços públicos essenciais, a novas oportunidades o desejo de participar das discussões ou serem chamados para reuniões acerca dos projetos para a localidade. Na DAT, particularmente, a totalidade também revelava a expectativa de vir a obter posto de saúde, melhoria na acessibilidade, na habitação, liberdade de cultivo da terra, expectativa de vir a ter mais acesso aos produtos oferecidos na cidade, bem como aumentar o tamanho do lote, ter um trabalho fixo, água encanada, esgoto e uma escola na comunidade. Hoje a expectativa maior e principal é continuar ali, ver sua história desenrolar-se onde decidiu se firmar e ter raízes, mesmo com restrições.

— Meu pai morreu aqui com mais de cem e sempre dizia ‘mantê a família aqui’. Eu fiquei aqui com meu irmão mais velho e outra família mantendo aqui o que se pode e o que se dá.(sic) (Sr. Jeremias)

Vê-se, assim, que a população habitante tem, em sua maioria, razões e interesses diferentes da União e do Movimento Negro para a área, embora a razão primordial deste conflito não seja apenas territorial, mas, especialmente, pela inscrição da memória neste território. Para tanto, apresentam-se 3 razões que explicam essa afirmação: a) o fato de se ter ignorado a comunidade local no processo do tombamento e de querer excluí-la permanentemente do território; b) o fato de ser o episódio que motivou o tombamento um fato histórico sem relevância sócio-político-cultural para a população; e c) o fato de ser o tombamento da Serra da Barriga um meio de comunicar o desejo latente do negro de ser reconhecido nesse processo e de deflagrar a luta pela mudança social, na busca e na ampliação de novos espaços para o negro e no combate ao racismo, portanto, não identificado com as necessidades, luta e o cotidiano da população ali habitante.

As duas primeiras explicações remetem diretamente ao ato da institucionalização do patrimônio e das dialógicas e dos cerceamentos nascidos com ele. É interessante salientar que um tombamento não exclui um morador de seu território, no entanto, restringe o seu usufruto, de acordo com certas regras. Essas regras visam evitar a descaracterização do valor do bem protegido. Isso quer dizer que a permanência de uma comunidade é permitida no espaço protegido desde que ela atenda e/ou observe essas regras. Isso é possível através de programas que a integrem com o novo sentido simbólico aplicado ao território. Para tanto, é importante analisar o sistema de representações (símbolos tradicionais que a população constrói), reconhecer que a



comunidade também destina valor e significado próprio ao lugar e não apenas promover a disjunção forçada entre a natureza e a cultura. Mais importante ainda é perceber que o fazer e o saber de uma comunidade, a sua tradição, a sua cultura e a sua história, se instituíram primeiro que aquela tradição que se “inventou” e que se instituiu com o tombamento (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

Assim, para que o monumento tenha significado para a população local, para que haja um referencial comum, é necessário que haja ao menos uma interação entre as razões e valores atribuídos pelos agentes proponentes do tombamento e o grupo social habitante da área tombada. Feito isto é possível que a simbologia do lugar, acionada com a transformação do território em monumento e patrimônio nacionais, e posteriormente em parque de atração turística, encontre ou reconheça sentimentos e conhecimentos que possam ser compartilhados.

Embora o Memorial ainda acene com ganhos financeiros para a população local, já que 4 moradores do platô estão empregados na sua manutenção, nada indica que o governo veja esta população como identificada com o monumento e sua herdeira, como o é o povoado de Muquém, a comunidade remanescente de quilombo descendente direta do Quilombo dos Palmares, ou que se proponha a ouvir as necessidades e os anseios dos moradores, a não ser que estes possam servir aos interesses consignados no projeto, ou mesmo que venha a respeitar o substrato da sua sobrevivência, o respeito à história e à cultura locais (SACHS, 2000). Há que se refletir, portanto, entre a base do mito fundacional do tombamento, a luta pela liberdade - que não é apenas negra, pois o Quilombo dos Palmares nele é tomado como território-abrigo a todos aqueles que eram foragidos ou buscavam alternativas às violências praticadas pelo sistema -, e os tolhimentos que está provocando, se tal situação não seria sua subversão.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, João (coord.). *Universidade Federal de Alagoas: documentário histórico*. Maceió: UFAL, 1982.

CAMPBELL, Joseph; MOYERS, Bill. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana*. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2001.



CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DIAS, Joelson. *Parecer: "A situação Fundiária dos Imóveis em área Tombada da Serra da Barriga"*. Brasília, [s.d].

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. (re-edição) Maceió: EDUFAL, 2002.

ELIADE, Myrcea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

ESTADO DE ALAGOAS. *Unzó – Memorial Zumbi dos Palmares*. Disponível em: <http://www.sedem.al.gov.br>. Acessado em 6 de maio de 2004.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 5 ed. Porto Alegre: mercado aberto, 1984.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história – bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

MOURA, Clóvis (org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001.

_____. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

MUNANGA, Kabengele. (org). *História do negro no Brasil: o negro na sociedade brasileira – resistência, participação, contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares-MinC, CNPq, 2004.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 3ª ed.

*Recebido em julho de 2013
Aprovado em setembro de 2013*